

MERCOSUL/RAADDHH/GTP-NIÑ@SUR
Ata Dia 18 de outubro de 2010

**REUNIÃO DA COMISSÃO DE TRABALHO PERMANENTE PARA A
COORDENAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS À INICIATIVA
NIÑ@SUR PARA A PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES**

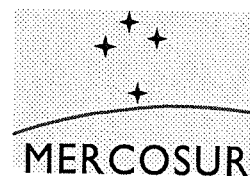
A Reunião da Comissão de Trabalho Permanente para a Coordenação e Implementação de Ações Relativas à Iniciativa Niñ@Sur para a Promoção e Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes (GTP-NIÑ@SUR) se realizou na cidade de Brasília, no Distrito Federal, República Federativa do Brasil, no dia 18 de outubro de 2010, com a presença das delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai como Estados Partes, do Chile como Estado Associado e de representantes da sociedade civil desses países membros bem como de organismos internacionais e de representantes do MERCOSUL Social e MERCOSUL Justiça, cuja lista de integrantes figura como **Anexo I** desta ata.

A Secretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Federativa do Brasil, Carmen Silveira de Oliveira, iniciou os trabalhos dando as boas vindas a todas as delegações, destacando o período de mudanças políticas vivido por alguns países, o Brasil entre eles, o que não deve significar mudança nos compromissos assumidos já que estes são compromissos de Estado e não de governo.

Feitas as apresentações formais foi aprovada a agenda, **Anexo II** desta ata, com o destaque para a participação da sociedade civil e da interação com o MERCOSUL Social e MERCOSUL justiça que poderia ocorrer a qualquer momento e não apenas no final da reunião proporcionando maior interação.

Informe sobre Lei sobre Proibição de Castigos Corporais

Iniciando os informes, primeiro item da pauta, foi apresentado pela Secretária Nacional o projeto de lei sobre castigos corporais proposto pela Rede Não Bata, Eduque e



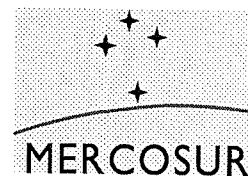
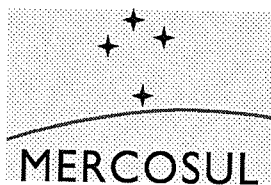
enviado ao Congresso Nacional pelo Presidente Lula, em julho. Segundo Carmen, a violência doméstica intrafamiliar é uma das maiores fontes de denúncias no Brasil. A lei atende a uma das recomendações ao Brasil feita pelo Comitê dos Direitos da Criança. Apenas 25 países têm iniciativa semelhante, poucos na nossa região. O projeto trata também de detalhar o artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente referente a maus tratos, objeto de múltiplas interpretações equivocadas ou incompletas. No Brasil essa lei foi apelidada num sentido menor como lei da palmada e como interferência do estado na vida privada. Muitas manifestações foram feitas contra e a favor da lei, suscitando o debate e, espera-se, alguma mudança cultural.

O Representante da Andi, Vitti Vivarta, destacou que a iniciativa conseguiu a duras penas transformar a versão da opinião pública e criar um ambiente para um debate qualificado sobre o tema. Espera-se com isso gerar uma mudança não apenas na legislação mas também na cultura das pessoas através do debate. Segundo ele, trata-se, ainda, de um exemplo bonito de interação entre sociedade civil e a estrutura estatal.

A representante do Brasil, Carmen Oliveira destacou que espera que a legislação brasileira estimule e induza a produção de outros marcos legais dessa natureza na região já que, embora a maioria das legislações existentes seja de países europeus, a América Latina tem uma trajetória forte na garantia e na militância dos direitos da infância centrada no interesse superior da criança e, portanto, capacidade de superar essa lacuna legislativa.

O representante uruguaio apontou que alterar a legislação é importante mas muito mais precisa ser feito. A experiência do Uruguai foi similar à brasileira tendo sofrido muitas manifestações contrárias. É importante incluir o tema no debate, assim como outros itens da convenção, com a sociedade para promover a mudança cultural na sociedade.

O Brasil propõe que, futuramente, o assunto figure nos temas da reunião da Comissão para que se monte uma estratégia comum de disseminação e de mudança cultural na região. A Argentina sugere incluir nas discussões os profissionais que atendem



diretamente as crianças e cuidam dos malefícios causados a eles. Sugere ainda incluir nesses debates especialistas do setor educacional e de saúde, além das demais áreas do MERCOSUL que possam agregar profundidade ao tema.

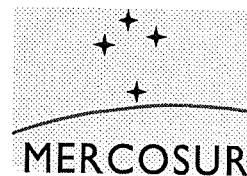
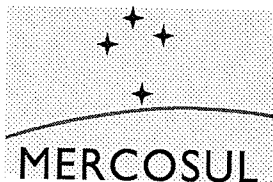
O representante do Paraguai, Ricardo Gonzáles, Diretor Geral de Gabinete da SNNA, informou que o país foi instado pelo Comitê dos Direitos da Criança sobre o mesmo tema, felicitou a iniciativa do Brasil ressaltando que o Paraguai ainda apresenta um alto índice de maus tratos, inclusive no âmbito educativo e o seu código de infância é relativamente moderno mas não trata especificamente do tema.

O coordenador geral da Redlamyc, Jorge Freire, felicitou a oportunidade de participação e a iniciativa brasileira. Em seguida sugeriu levar-se em consideração o estudo das Nações Unidas sobre violência contra crianças e as recomendações do Comitê dos Direitos da Criança. Trata-se de uma grande responsabilidade e desafio investir na mudança no vínculo do contrato social entre a sociedade e as crianças.

Planos Nacionais

No que se refere ao Plano Decenal, a Secretária Nacional informou que o Brasil está no processo de formulação do seu primeiro plano já que até então não havia sido feito um planejamento estratégico que ultrapassasse os mandatos de governo. O Brasil evoluiu nos últimos anos em políticas temáticas e setoriais que poderia significar uma segmentação dos direitos de crianças e adolescentes e a rede da infância manifestou não se identificar muitas vezes nesse processo.

O Plano, elaborado com foco em direitos humanos, embora com interface com muitas outras políticas, começou a ser construído nos municípios nas conferências locais, passando por consultas estaduais e a nacional, com a participação de 1/3 de delegados adolescentes. Passou também pelo crivo de um grupo interministerial e do CONANDA e no momento está sob consulta pública para que os segmentos interessados possam fazer suas críticas e sugestões. A sua estrutura prevê diretrizes, objetivos estratégicos e metas, visando quantificar aquilo que se pretende atingir nos próximos anos em matéria de direitos humanos de crianças e adolescentes. O Plano



deve reverberar nos municípios brasileiros já que estes têm autonomia administrativa o que requer pactuação federativa. O processo do Plano Decenal começa e termina nos municípios.

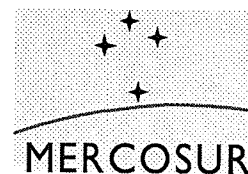
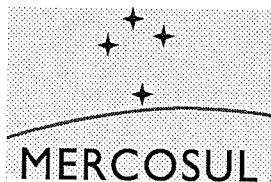
O representante uruguaio indicou que no seu país se desenvolveu uma estratégia semelhante e, para que isso se traduzisse em uma proposta concreta, foram priorizadas a primeira infância, saúde e educação. Desafios importantes foram enfrentados em matéria orçamentária e da qualidade dos serviços oferecidos. A estratégia nacional para a infância deve ir além da expressão de desejo e ser de fato um compromisso nacional. Trata-se de um desafio que vale a pena.

A representante argentina, Victoria Martinez, mencionando a experiência nacional apontou que o processo de construção da política para a infância focou em diretrizes de direitos humanos e nas recomendações internacionais. Para tanto, foi necessário reconhecer as dívidas existentes em matéria de infância e adolescência, as obrigações nacionais, e trabalhar fortemente na geração de consciência da sociedade em geral e dos legisladores, processo que culminou com uma nova lei de infância em 2005. Paola Vessvessian, Secretaria da SENAF argentina mencionou que a Secretaria foi criada por lei com a função de articulação de diversas áreas de estado para trabalhar as questões de infância. A estratégia envolveu o nível nacional e provincial com metas de médio e longo prazo para garantir sua continuidade e sustentabilidade.

A experiência do Paraguai, onde 43% da população é de crianças e adolescentes, o plano nacional para o período 2008-2013 primou por envolver setores que até então não estavam envolvidos na elaboração de planos nacionais. Uma estratégia empregada foi a criação de conselhos departamentais para facilitar a implementação da política.

Estratégia Regional para o Enfrentamento do Tráfico de Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual nas Zonas de Fronteiras do MERCOSUL

Fernando Luz, consultor técnico da Estratégia, fez apresentação da Estratégia Regional para o Enfrentamento do Tráfico de Crianças e Adolescentes para fins de

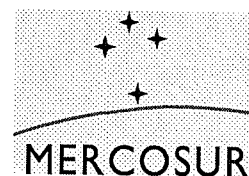
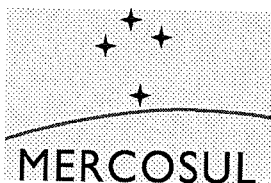


Exploração Sexual nas Zonas de Fronteiras do MERCOSUL, que visa fortalecer as redes locais para uma resposta adequada às vulnerações. A Estratégia Inclui diagnóstico, identificação de pontos fortes e fracos das redes locais, trabalho conjunto e capacitação das autoridades e sociedade civil dos quatro países. Os diagnósticos já foram realizados e pretende-se fazer publicação bilíngüe desses informes. A próxima etapa prevista é a construção dos planos locais e posteriormente os planos bi e trinacionais. A coordenação do projeto aguarda a prestação de contas das instituições nacionais envolvidas, exigência do BID. Nesse sentido foi feito o encaminhamento que cada país possa agilizar suas instituições nacionais para agilizar o processo de prestação de contas, essencial para a liberação dos recursos para a etapa seguinte.

Em seguida, o consultor apresentou a proposta de implementação de um serviço de atendimento a crianças e adolescentes na região de fronteira apoiado, pela Anatel, atendendo a uma demanda da Niñ@sur. Para tanto, foi elaborado um termo de cooperação que precisa ser analisado pelos países. O documento prevê um padrão mínimo de tratamento das denúncias e a agilização dos encaminhamentos. A idéia não é substituir os serviços já existentes mas integrar esses serviços já existentes.

A representante da Argentina ressaltou que é preciso levar em consideração as peculiaridades de cada cidade envolvida porque é recorrente a reclamação das autoridades locais que os projetos investem recursos nos diagnósticos mas pouco na construção das soluções para as respostas locais. Destacou, ainda, que existe uma disparidade entre a velocidade de respostas das cidades envolvidas devido às diferenças orçamentárias os estruturais. Foi destacada a necessidade de levar em consideração as oportunidades de gestão existente em cada país e nas regiões, valorizando as capacidades locais instaladas. Reafirmou, por fim, o compromisso do governo nacional de fortalecer as áreas identificadas como vulneráveis e a importância do envolvimento da sociedade civil.

A representante do Ministério da Justiça brasileiro, Giuliana Biaggini Barbosa, informou que o Ministério elaborou um primeiro plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas o qual não contou com um foco específico em crianças e adolescentes. As informações levantadas a partir da Estratégia Regional vão permitir



que novas ações específicas sejam elaboradas para o tráfico de crianças e adolescentes na revisão do Plano.

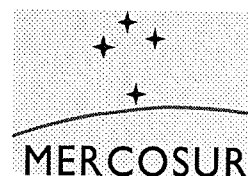
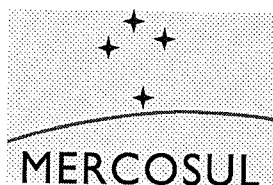
A representante da sociedade civil argentina destacou a importância da articulação entre governo, sociedade civil e academia para a implementação da Estratégia Regional e sugeriu a ampliação para outros países como Chile e Bolívia. Informou ainda que na região Argentina-Bolívia está sendo realizada uma articulação sobre migração de crianças e adolescentes e sugeriu a utilização da experiência para ampliar a abrangência da estratégia Regional para essa área.

Ficou encaminhado nesse sentido: a publicação bilíngüe dos diagnósticos; a realização de um debate sobre os diagnósticos; gestão dos governos para prestação de contas das instituições e discussão mais detalhada da operacionalização do disque fronteira.

Seminário Relaf

Tendo em vista a impossibilidade de participação do representante da Rede Latino-Americana de acolhimento Familiar (Relaf), foi lido um informe enviado à SNPDCA e apontado alguns destaques do Seminário: participação de cerca de 400 pessoas de 19 países; apresentação de um estudo regional sobre acolhimento familiar na região e participação do Presidente Lula e oito ministros, demonstrando a importância do tema no Brasil. No evento, o discurso emocionado do Presidente Lula sobre convivência familiar e comunitária apontou a violação que existe também nas classes mais favorecidas, onde muitas vezes as crianças privadas de cuidados parentais, mesmo com os pais presentes. As informações sobre o Seminário estão disponíveis no site da Relaf (WWW.relaf.org) e podem ser divulgadas nas redes.

A Relaf enviou ainda à Comissão Niñ@sur minuta da versão amigável do documento das Diretrizes das Nações Unidas sobre Cuidados Alternativos de Crianças felicitada como uma importante iniciativa para facilitar o acesso às crianças de informações importantes (**Anexo III**). As Altas Autoridades devem reconhecer e promover esse tipo de iniciativa.

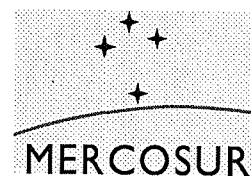
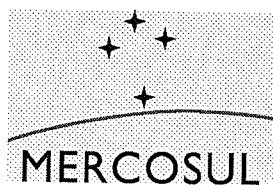


Diálogo com o Sistema Interamericano e Universal de Proteção de Direitos Humanos

Em seguida Victoria Martinez, Secretaria de Direitos Humanos da Argentina, apresentou os resultados do seminário realizados em Buenos Aires no âmbito da presidência *pro tempore* Argentina resultante do plano de trabalho 2007-2010. **(Anexo IV)**. O objetivo do seminário foi proporcionar a aproximação com os sistemas interamericanos e universal e com o Comitê dos Direitos da Criança. Foram convidados países da região, representantes do Comitê dos Direitos da Criança, da CIDH e da sociedade civil. Foi ressaltada a importância do evento por permitir manifestação dos estados mais além dos informes regulares e para avaliar os avanços da região em matéria de infância e adolescência a partir dos diferentes pontos de partida. Tratou-se ainda de uma oportunidade para um diálogo franco com o Comitê destacando também suas próprias dificuldades de entender as realidades locais e a necessidade de um relacionamento mais próximo entre o Comitê e os estados. Na ocasião da assinatura da ata da Comissão será assinado também o documento com os encaminhamentos finais do seminário.

Carmen Oliveira destacou a importância da mudança de comportamento dos países da America do Sul frente aos órgãos internacionais tendo em vista o desenvolvimento econômico e protagonismo em mudanças sociais que precisa ser correspondido pelo tratamento recebido desses órgãos. Salientou que é preciso que as políticas internacionais incorporem a política de direitos humanos de crianças e adolescentes e que esta também seja destaque dentro de nossas políticas de direitos humanos.

Um dos representantes da sociedade civil brasileira Otto de Quadros, destacou a importância dos países trabalharem para cumprir com as responsabilidades internacionais e de, modificarem, inclusive, se necessário, as legislações nacionais para que os estados, província e municípios possam ser responsabilizados pelo não cumprimento daquilo que os países assumiram ao assinar os compromissos internacionais e as recomendações do Comitê dos Direitos da Criança.



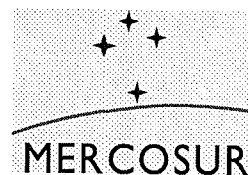
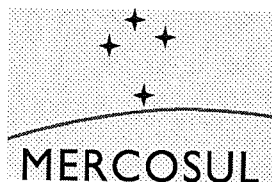
A Argentina destacou a importância de cumprimento dos compromissos mas que é necessário levar em consideração as diferenças entre as situações anteriores, quando da assinatura desses compromissos e a realidade atual. Há um reconhecimento das dividas pendentes com relação aos direitos humanos de crianças e adolescente da necessidade de prestação de conta de todos os esforços dos governos e da sociedade civil para cumprir com seus compromissos.

No mesmo sentido, o representante do Paraguai destacou a utilização naquele país de todas as recomendações do Comitê para sensibilização e articulações internas, levando em consideração o interesse superior da criança.

A representante da Anced, Fernanda Lavarello, apontou que gerar esses espaços de diálogo é muito importante e apresentou sua preocupação pelas disparidades na representação regional no Comitê dos Direitos da Criança que já contou com três representantes e agora, por diversas razões, teremos o retrocesso de contar novamente apenas com apenas um representante. Necessidade de repensarmos como estados a importância da articulação para termos essa representação internacional. A Anced lamentou a não apresentação de candidatura brasileira ao Comitê em 2010, sendo que a sociedade civil havia apontado um candidato cujo nome conta com grande apoio e reconhecimento. Reconheceu que isso se deu pela dificuldade dos representantes do campo dos direitos humanos para convencer as demais áreas do governo da importância de priorizar esses temas. O recuo brasileiro foi considerado preocupante e reflete a falta de prioridade do governo como um todo com o tema.

Carmen Oliveira encaminhou que, para evitar novo fracasso, que os estados presentes possam articular internamente junto aos seus governos para a apresentação de candidatos ao Comitê para 2012.

Otto de Quadros solicitou também que os países se comprometam com a atualização dos relatórios internacionais e cumprimento de todas as responsabilidades decorrentes desses compromissos. Em resposta Carmen Oliveira destacou que existe uma diferença entre cumprir com as recomendações e compromissos internacionais e



prestar contas formalmente desses feitos. O Brasil reconhece sua dívida com os relatórios internacionais mas destaca que está cumprindo, na medida de sua capacidade, todas as recomendações internacionais. No que se refere aos relatórios, informou que até o final do ano será entregue o segundo relatório sobre o cumprimento da Convenção sobre os Direitos da Criança e também os do Protocolo Facultativo referente à Venda de Crianças, Pornografia e Prostituição Infantil e o de Crianças em Conflitos Armados.

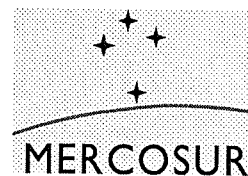
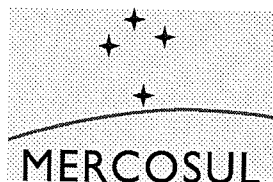
Márcia Adorno, Conselheira do Itamaraty, recém integrada aos quadros da SDH, sugere que se faça uma recomendação ao plenário da RAADH sobre o interesse do Brasil de renovar a apresentação de candidatura ao Comitê dos Direitos da Criança para que o tema passe a ter mais visibilidade e prosperar.

Publicação 5 anos Iniciativa Niñ@sur

Tendo em vista que no primeiro plano de trabalho da iniciativa Niñ@sur havia a previsão de duas publicações conjuntas – uma de documentos relevantes de infância e adolescência e outra de balanço dos 5 anos da iniciativa - e que essa última ainda não foi elaborada, o Brasil isso seja feito na presidência *pro tempore* paraguaia. Tendo em vista a ativa participação argentina desde os primórdios da iniciativa, seria importante que esse auxiliasse o Paraguai principalmente na reconstrução do histórico da Comissão. Cada país poderia ficar responsável por algum tema com que tenha mais afinidade com um enfoque coletivo. Seria uma oportunidade importante de registrar e socializar com os demais as ações mais relevantes. Os Ministros do MERCOSUL Social consensuaram a Declaração de Buenos Aires - Avançando Junto, Construindo um MERCOSUL Social e Participativo (**Anexo V**), onde se comprometeram a trabalhar temas ligados à infância, adolescência e juventude a qual se sugere seja agregada como anexo a dita publicação.

Boas Práticas

Em seguida, o Paraguai apresentou uma boa prática de acolhimento familiar e de cuidados alternativos com destaque para o levantamento nacional da realidade dos



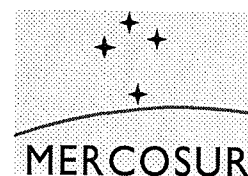
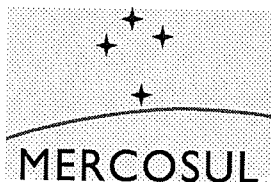
abrigos. Foram localizadas 47 instituições em funcionamento, em sua maioria pertencente à sociedade civil, poucas funcionando dentro da expectativa da lei. Foi feito também um estudo jurídico sobre o funcionamento dessas instituições e sobre as condições de infra-estrutura, mostrando uma realidade grave desses abrigos. O estudo apontou ainda as principais causas para institucionalização das crianças sendo a situação de abandono em razão da pobreza o fator principal.

A partir do diagnóstico passou-se a trabalhar na convivência dessas crianças com suas famílias e teve início uma política de cuidado alternativo baseada nas famílias substitutas para aqueles indivíduos que haviam perdido todos os vínculos familiares. Criou-se também uma unidade específica no centro de adoções para coordenar todo relativo a acolhimento familiar. Complementarmente foi realizada uma campanha de utilidade pública para promover o interesse de famílias acolhedoras. Embora reconheçam que falta muito por fazer como uma política de manutenção de vínculos e para evitar que as crianças sejam institucionalizadas em função da pobreza, a experiência é considerada de sucesso.

A Sra. Ana Angélica do Ministério de Desenvolvimento Social brasileiro informou que informa que em 2003 foi feito um primeiro levantamento nacional dos abrigos, destacando também um número grande de crianças institucionalizadas em razão da pobreza, indo contra a legislação. A partir daí elaborou-se o plano nacional de convivência e passou-se a investir em modalidades alternativas à institucionalização. O Brasil está finalizando um novo levantamento nacional bastante amplo de todos os serviços de acolhimento disponíveis no país. As primeiras informações apontam a existência de cerca de 2500 instituições e de 50 mil crianças atendidas.

A Argentina destacou a importância de trabalhar também junto à comunidade para mudar a cultura de institucionalização.

Tendo em vista a importância e profundidade do tema, Carmen Oliveira sugeriu que ele seja discutido em ocasião específica que permita a cada país possa expor suas experiências e estratégias de enfrentamento. A representante do UNICEF Brasil, Casimira Bengé, informou que no próximo ano a OEA fará um estudo sobre



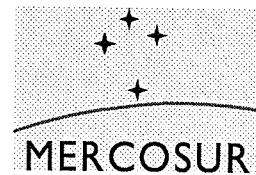
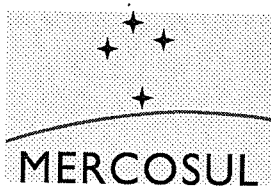
abrigamento nas Américas o qual poderá ser enriquecido pelas diversas experiências nacionais.

O Sr. Gilbert Scharnik, do Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC) apresentou o Observatório de Boas Práticas, iniciativa da SNPDCA para difundir, registrar e intercambiar ações estratégicas e políticas públicas para a garantia de direitos da criança e do adolescente. Será realizado no dias 6, 7 e 8 de dezembro, em Brasília. Estão sendo convidados gestores das experiências, adolescentes atendidos por essas práticas, especialistas, acadêmicos e cinco representantes do MERCOSUL que apresentarão suas experiências mais relevantes. Solicitou-se o envio prévio de experiências da iniciativa Niñ@sur para fazerem parte do catálogo do evento.

Registro Civil de Nascimento e Direitos à Identidade

Beatriz Garrido, coordenadora da área de registro civil de nascimento da SDH relatou as ações brasileiras para a erradicação do sub-registro de nascimento e propôs um dialogo entre os países sobre o assunto. No final de 2007 foi lançada a agenda social do tema que previa mutirões e instalação de postos de atendimento nas maternidades. Além disso, o Brasil tem tratado o direito de ter um nome e um sobrenome como um tema de direitos humanos. A meta é chegar a 5% de sub-registro até o final de 2009, o índice de erradicação. O tema é fundamental para regiões de desastres e em zona de fronteira.

A Argentina tem uma experiência histórica sobre o direito à identidade focada não apenas no direito a ter uma identidade que facilite ao acesso de serviços mas também que favoreça o direito aos povos originários. Esse tema é considerado importante também para a questão das migrações de crianças e adolescentes na região. Argentina relatou seus avanços em matéria de direito à identidade em seus diferentes aspectos (registro, identificação e documentação) especialmente a sanção de dois decretos que facilitam a inscrição tardia de crianças até os 12 anos de idade.

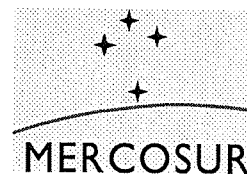
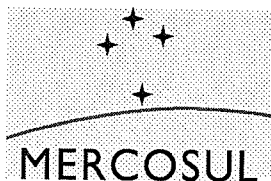


O Paraguai apóia a necessidade de aprofundar o tema já que naquele país o índice de sub-registro é de 22%. Necessidade de elaboração de estratégia de erradicação do sub-registro e promoção do direito à identidade com todos os elementos, nome, filiação e nacionalidade. O país teve a oportunidade de compartilhar com as mães da praça de maio a experiência no país vizinho relacionada a crianças sem registro. Foi destacada a necessidade de articulação interna entre os diversos órgãos responsáveis para enfrentar o problema já que o assunto é coordenado por diferentes instâncias, principalmente o registro civil dos povos indígenas.

Seguimento III Congresso Mundial

A Secretária Nacional do Brasil informou que será realizada uma reunião de seguimento do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em Bangcoc, Tailândia, sede do Ecpat Internacional, nos dias 25 e 26 de outubro. Na ocasião, o Brasil deverá apresentar os anais do Congresso Mundial e a memória da organização do evento. O Brasil levará 3 sugestões para o debate sobre as ações de implementação da Declaração do Rio de Janeiro: que o plano de ação seja incorporado aos próximos relatórios à convenção, que não haja tanta preocupação com a realização de uma quarta edição mas foco na mobilização dos países e que a próxima edição amplie a temática da exploração sexual para violência sexual em geral. Foi solicitado aos países que fizessem um breve informe sobre ações relevantes em desenvolvimento referente ao tema.

A Argentina informou que avançou na formação de uma comissão de investigação de delitos de tráfico de pessoas para diversos fins, incluindo exploração sexual. A SENAF da Argentina passou também a focar suas ações de enfrentamento em locais estratégicos realizando campanhas de mobilização, sensibilização e capacitação. Foi elaborado, ainda um protocolo de assistência às vítimas, homologado por todas as províncias do país, embasado em legislações de referencia nacionais e internacionais, destacando a necessidade de prestação de contas dos avanços na sua implementação e envolvendo todas as áreas relacionadas a infância como saúde, educação, agentes de segurança, etc. Foram destacados avanços na condenação dos envolvidos em delitos de exploração principalmente de organizações criminosas.

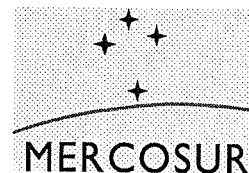
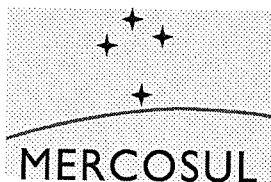


Lentamente avançam nos delitos de internet em parceria com a polícia federal e com a justiça.

O Paraguai destacou a criação de unidades especiais de enfrentamento da violência contra mulheres e crianças e de combate ao tráfico de crianças e adolescentes para diversos fins, incluindo exploração sexual e o trabalho desenvolvido para a reinserção das vítimas à convivência familiar. Foi criada uma data nacional de enfrentamento aos maus tratos e abuso sexual de crianças e adolescente. Foi criada ainda uma comissão interministerial de enfrentamento da exploração sexual e realizadas campanhas de sensibilização de entidades estratégica como hotéis, postos de combustíveis, transportes, etc. Além disso, está se investido em cooperação com países vizinhos como a Argentina e Brasil. Foi criado também um protocolo de ingresso de crianças e adolescentes nas penitenciárias para evitar abusos nas unidades prisionais.

O Uruguai destacou a criação do comitê de combate a exploração sexual com a participação interministerial e da sociedade civil e o combate à invisibilidade do fenômeno por meio de campanhas públicas e realização de estudos sistemáticos e eventos com atores da sociedade civil e de governo. Tem se investido também no fortalecimento do âmbito institucional para desenvolvimento de estratégias efetivas e implementação de comitês locais, do ponto de vista financeiro e político, e realizadas iniciativas conjuntas com o poder judicial para esclarecimento e capacitação sobre o tema além da articulação com atores regionais.

O Brasil apontou como principais avanços a articulação com os empresários para sensibilização da cadeia produtiva e dos trabalhadores sobre o tema, tendo sido assinado um acordo com as principais empresas do país. Foi criado também um comitê para avaliar o impacto de grandes eventos sobre os direitos da infância e da adolescência. O ministério do Turismo realizou um seminário com diversos atores sobre as potencialidades e debilidades de grandes eventos sobre os direitos da infância; Foi feita também uma parceria com o setor privado para geração de renda para meninos e meninas oriundos da exploração, sendo oferecidos cursos em áreas de interesses desses meninos e meninas com uma bolsa durante o treinamento e inclusão posterior no mercado de trabalho. Também fruto de parceria, está sendo

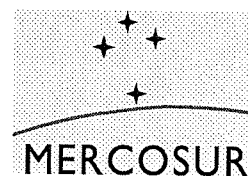
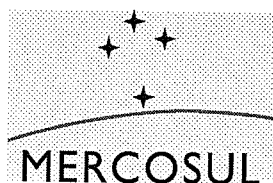


lançada campanha de sensibilização da sociedade na televisão e de outdoors envolvendo artistas brasileiros reconhecidos. O Disque 100 foi sistematizado e disponibilização por meio de software livre para os disques locais, formando uma rede nacional de disques. Assim como nos demais países da região tem sido investido na responsabilização dos agressores e estabelecida cooperação com a Polícia Federal para rastreamento de crimes contra crianças e adolescentes.

Articulação com o MERCOSUL Social

A assessoria internacional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ressaltou a importância da aproximação entre o MERCOSUL Social, Justiça e Direitos Humanos para a maximização dos resultados e não duplicação de esforços. Outras ações conjuntas foram realizadas como a de Foz do Iguaçu focada na mobilização e sensibilização da região. Mencionou, ainda a Comissão de Coordenação de Ministros do MERCOSUL, criada mediante a decisão 39/08 (**Anexo VI**), a qual acordou na Declaração de Buenos Aires. Tendo em vista reunião da Comissão prevista para o Brasil, se articulará com a Iniciativa Niñ@sur. Salientou também ser fundamental a articulação entre o Instituto Social do MERCOSUL e o Instituto de Políticas Públicas.

Apontou-se a necessidade de trabalhar conjuntamente as demandas do MERCOSUL Social e do MERCOSUL Direitos Humanos para coordenar atividades em matéria de conscientização, prevenção, assistência às vítimas de exploração sexual e/ou laboral. Importante que isso seja ratificado no nível de altas autoridades para garantir sua eficácia. Foi considerado importante também articular com outros atores como o de migrações e distintas áreas nos países e trabalhar para superar os efeitos da ditadura e do liberalismo que assolou a região, refletidos atualmente não apenas na falta de políticas públicas adequadas mas também na cultura dos funcionários e das instituições.



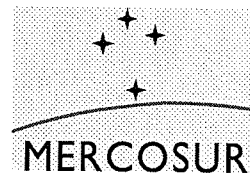
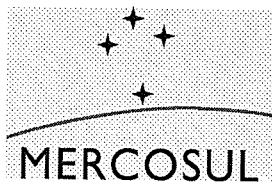
Instituto Interamericano Del Niño, la Niña y Adolescentes

Foi informado que o Instituto Interamericano del Niño, la Niña y Adolescentes (IIN) realizou em setembro sua reunião ordinária onde um dos pontos de debates foi a eleição para os cargos de presidente, vice- presidente e diretor geral além do plano de trabalho para os próximos quatro anos. Nessa ocasião o MERCOSUL tentou atuar de forma compacta mas padeceu da desarticulação anterior já que os cargos de presidente e vice ficaram com países de fora da região, no caso Colômbia e Panamá, respectivamente. Além da iniquidade regional preocupa os discursos em proteção de crianças e adolescentes vulneráveis com caráter assistencialista, em detrimento de uma postura de direitos humanos.

Solicitou-se na ocasião ao IIN que fosse mais atuante no acompanhamento das políticas públicas da região e nas dificuldades particulares dos países no cumprimento de suas obrigações para com a infância. Solicitou-se, ainda a mudança do mecanismo de aprovação das resoluções que não pode ser sempre por unanimidade haja vista que alguns países nem ao mesmo ratificaram a Convenção e portanto tem visão distinta do interesse superior da criança. Com relação a esse tópico específico, solicita-se ao IIN que registre a ação coordenada do bloco.

Foi eleito um grupo de trabalho com representações regionais para elaborar um novo plano de trabalho para o Instituto Interamericano no qual o Brasil representa o MERCOSUL. Nesse processo algumas idéias devem ser trabalhadas: reforma do regimento do IIN; retaguarda do IIN na produção de informes e na defesa dos mesmos junto ao Comitê dos Direitos da Criança; acompanhamento aos países nos casos do Sistema Interamericano, como centro de estudos regional; promoção de intercâmbios entre os países para difusão de experiências de referência. Inclusão de temas no plano estratégico como primeira infância, violência sexual, calamidades naturais, infância e meios de comunicação, justiça juvenil, participação infanto-adolescente, crianças migrantes e investimento prioritário em infância e adolescência na região.

O representante da Redlamyc destacou o nível de comunicação e intercâmbio da iniciativa Niñ@sur que aos poucos se torna referência, inclusive para o Instituto



Interamericano que deveria copiar essa experiência e possibilitar a participação mais acentuada e aberta da sociedade civil que sofre com as restrições do regulamento.

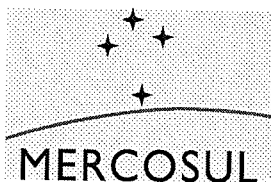
Vitti Vivarta, da Andi Brasil discorreu sobre a Influência cada vez maior dos meios de comunicação sobre a infância e a adolescência para o bem e para o mal. A Andi Brasil e América Latina está desenvolvendo com o IIN dois cursos virtuais matéria de comunicação e infância. A Andi e o Conanda estão organizando um evento sobre a mídia e a infância no dia 19 e deu as boas vindas aos presentes que queiram participar.

Foi destacada a experiência Argentina no tema, apesar de todos os embates com os meios de comunicação. Tendo em vista o interesse para todos os presentes sugeriu-se a realização de um seminário para aprofundá-lo sob a presidência *pro tempore* do Paraguai.

Articulação com Foro de Juízes do MERCOSUL

Representando a ABMP, esteve presente o Sr. Anderson, Promotor dos Direitos da Infância e Adolescência, que apresentou a proposta de diretrizes para uma justiça amigável à criança e ao adolescente. Tendo como base a legislação européia e os documentos internacionais, buscou-se elaborar uma proposta para o MERCOSUL e América Latina. Dentre as diretrizes foram destacadas as iniciativas de depoimentos sem danos evitando a revitimização de crianças e adolescentes vítimas e a justiça juvenil com tratamento adequado ao adolescente em conflito com a lei, entre outros. O objetivo seria criar um padrão da justiça da região tendo como base o padrão internacionalmente reconhecido. Serão realizados encontros locais e regionais sobre a proposta antes da elaboração do documento final.

Sobre esse tema ficou encaminhado que a versão preliminar será enviada aos quatro países mais Bolívia, Venezuela e Chile para que cada um possa contatar o ponto focal do fórum de juízes para aprofundamento do tema e envio de sugestões.



Carmen Oliveira apresentou em seguida a publicação Direito à Memória e à Verdade - Histórias de Meninas e Meninos Marcados pela Ditadura, distribuída aos presentes, uma iniciativa da SDH como uma forma de registro e de não permitir que essa história de violações seja esquecida.

Impulso ao Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente a Comunicações Individuais

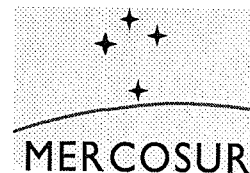
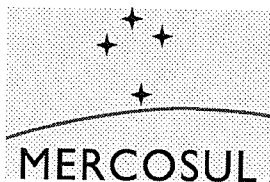
Em atenção ao comunicado do ex-relator da ONU sobre violência contra a criança , Paulo Sérgio Pinheiro, solicitando a continuação de posicionamento conjunto do MERCOSUL favorável à proposta de Protocolo Facultativo de Comunicações Individuais, foi feito relato histórico da construção da proposta atual de protocolo facultativo destacando o apoio como bloco oferecido pelo MERCOSUL, pela Sra. Victoria Martinez.

Os representantes dos estados manifestaram que desde a criação da iniciativa se promoveu a elaboração e aprovação de um protocolo facultativo sobre procedimentos de comunicações individuais. Nesse sentido, celebrou-se a elaboração da proposta pelo presidente do grupo de trabalho no marco do Conselho das Nações Unidas que será discutido de 06 a 10 de dezembro no seio do mencionado grupo.

A Redlamyc apontou que foi aprovada em sua última reunião a instrução de apoiar a proposta de protocolo facultativo e incentivar às autoridades presentes a trabalharem nesse sentido.

Destacou-se a necessidade de ter um protocolo facultativo para igualar a Convenção aos demais instrumentos internacionais, já que a convenção é a única que não conta com esse mecanismo.

Ficou encaminhado então que haja um informe do país oferecendo aporte a sua chancelarias em Genebra para que possam aprimorar a proposta. Além disso, encaminhou-se que seriam consultados os pontos focais da sociedade civil para que esta também possa expor suas contribuições ao projeto.



Solicitação de Opinião Consultiva à Corte Inter-americana de Direitos Humanos sobre Crianças Migrantes

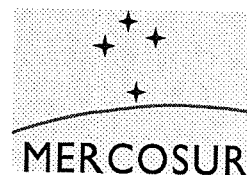
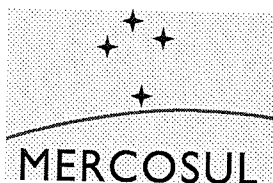
Tendo em conta a importância de realizar ações coordenadas entre os organismos internacionais de proteção de direitos humanos e de adotar estratégias conjuntas no marco do seminário diálogo com os Sistemas interamericanos e universal de direitos humanos, o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do MERCOSUL apresentou a proposta de opinião consultiva sobre crianças e adolescentes migrantes a ser apresentada à Corte Inter-americana de Direitos Humanos detalhando os antecedentes e objetivos da mesma. Por isso, a iniciativa Niñ@sur decide levar às Alta Autoridades dita proposta e solicitar que dêem instruções ao IPPDH para que elabore um texto de opinião consultiva para ser considerado pela RAADH.

Ao final da reunião foi apresentado pelo Ministério de Desenvolvimento Social argentino uma campanha conjunta dos países do MERCOSUL sobre exploração e tráfico de crianças e adolescentes que pode ser utilizado por outros países interessados como forma de sensibilização social, campanha essa oferecida ao Instituto Interamericano para uso na região.

Nas palavras finais da sociedade civil agradeceu-se a possibilidade de diálogo ao tempo que foi reiterada a necessidade de redobrar esforços para a participação de crianças e adolescentes nesses debates passando da teoria à prática concreta.

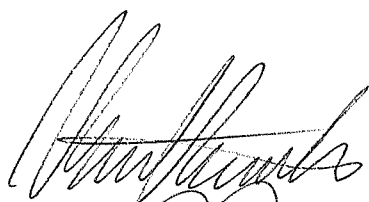
Solicitou-se o aprofundamento em algum momento o tema da saúde mental de crianças e adolescentes superando a lógica da criminalização do usuário e do abuso de medicação para crianças e adolescentes como forma de controle. Existem avanços nos países que carecem de debate com foco em direitos humanos.

Foi registrado pelo representante da Redlamyc no Brasil o assassinato de mais um jovem na unidade socioeducativa Dom Bosco, em Minas Gerais, um triste fato. Apesar de apontar as falhas do estado brasileiro no cumprimento de seus compromissos internacionais, reconhece os avanços do país na garantia dos direitos de crianças e adolescentes nos últimos anos. Os Estados do MERCOSUL são



instados a investirem de forma prioritária na para cumprir com aquelas recomendações ainda pendentes para a plena garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

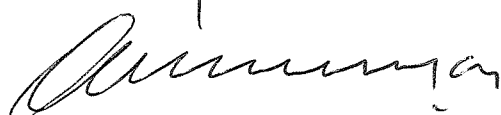
Por fim foi destacado que a experiência da Niñ@sur reflete um MERCOSUL que dá certo ao contrário do que crê a maioria da opinião pública que é um bloco que não tem futuro.



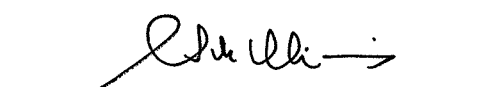
Pela República Argentina



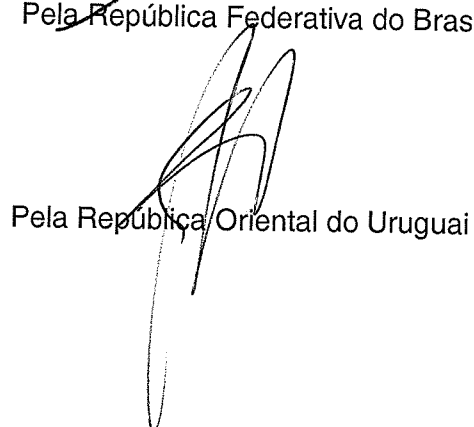
Pela República do Paraguai



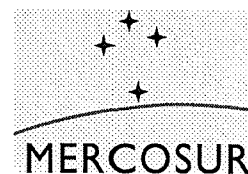
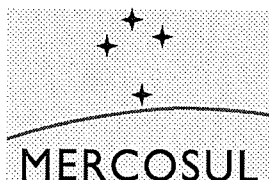
Pela República do Chile



Pela República Federativa do Brasil



Pela República Oriental do Uruguai



ANEXOS

ANEXO I	Lista de Participantes
ANEXO II	Agenda
ANEXO III	Informe sobre Seminário Relaf
ANEXO IV	Informe Seminário Diálogos com os Sistemas Inter-Americano e Universal de Direitos Humanos
ANEXO V	Declaração de Buenos Aires - Avançando Junto, Construindo um MERCOSUL Social e Participativo
ANEXO VI	Decisão 39/08 – Cria Comissão de Coordenação de Ministros do MERCOSUL